



## Jornal FNE Edição 125 – Out/12

Engenheiro traz nesta edição cobertura completa e especial do VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado em São Paulo, entre os dias 24 e 26 de setembro. O evento foi aberto em cerimônia solene na Sala São Paulo, antiga Estação Júlio Prestes e atualmente um destacado espaço para concertos. Prestigiada por inúmeras autoridades, entre as quais o governador do Estado, Geraldo Alckmin, o prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, e o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a sessão reafirmou, ao longo das falas, o papel fundamental dos engenheiros na luta pelo desenvolvimento.

Na continuidade dos trabalhos, que tiveram lugar no Novotel Jaraguá, entram em pauta as questões prementes para a FNE, a categoria e a profissão. Entre os temas, o balanço do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, os preparativos para a Copa 2014 e o legado que essa deve deixar à população, as conquistas e os compromissos do Brasil após a realização da Rio+20 e um debate sobre quais caminhos percorrer para se alcançar um país desenvolvido, justo e soberano. Entre os inúmeros palestrantes de altíssimo nível escalados para tratar dos temas propostos, o professor Carlos Lessa, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Na plenária final, foram aprovadas as diretrizes da FNE para o triênio 2013-2016 e eleita a diretoria que ficará à frente da entidade nesse período. O atual presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, foi reconduzido ao cargo.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

## Um congresso vitorioso

Representativo, rico em conteúdo, articulado sindical e politicamente e vibrante. Assim foi o VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), promovido pela FNE nos dias 24, 25 e 26 de setembro, em São Paulo. O sucesso, fruto do esforço coletivo nacional da categoria organizada pelos seus sindicatos e pela federação, demonstra o acerto do trabalho que vem sendo realizado pelas nossas entidades. Evento mais importante do calendário da FNE, o Conse acontece obrigatoriamente a cada três anos. Tendo tomado a decisão de ampliar sua ação para além das funções corporativas e organizativas, a entidade vê no seu congresso nacional a oportunidade de travar os debates que interessam estrategicamente à categoria, assim como ao conjunto dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Dessa forma, a programação, brilhantemente desenvolvida pelos palestrantes e participantes, pautou-se pelos temas prementes da atualidade. Simbolicamente, a abertura solene, realizada na magnífica Sala São Paulo, reuniu as principais autoridades dos três poderes da República para afirmar a relevância da engenharia ao desenvolvimento nacional e bem-estar da população. Na sequência, passando às atividades no Novotel Jaraguá, tiveram lugar as discussões sobre desenvolvimento sustentável, em seus diversos aspectos.

Um importante balanço do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado durante do VI Conse, em 2006, foi feito pela sua coordenação, com a participação muito especial do professor Carlos Lessa, cuja contribuição à iniciativa foi inestimável. Ainda no âmbito desse importante trabalho, a discussão sobre a Copa 2014 e os legados que o evento esportivo pode e deve deixar à sociedade. Os desafios do País após a conferência Rio+20, com a importante presença do ministro Gilberto Carvalho, e o fundamental debate sobre soberania e desenvolvimento nacional, contando com as análises do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, da economista Ceci Juruá e do engenheiro Marco Aurélio Cabral Pinto, completaram o programa.

Finalizando os trabalhos, os delegados de todo o País elegeram a próxima diretoria da FNE, que comandará a entidade entre 2013 e 2016, e definiram suas diretrizes operacionais, políticas e sindicais, num valioso debate.

Ao cumprir essa agenda, tanto abrangente quanto profunda, a FNE e seus sindicatos filiados fortalecem-se para dar continuidade à batalha de defender a categoria, buscando valorização dos engenheiros por meio de remuneração justa, melhores condições de trabalho, qualificação profissional e inserção social. Também mantêm sua posição privilegiada para contribuir com o desenvolvimento nacional e a construção de um País justo e soberano.

*Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente da FNE*

# VIII CONSE 1

---

Sob esse norte, a federação realizou entre 24 e 26 de setembro último, na capital paulista, seu principal evento, o Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros). Em sua oitava edição, as palestras tiveram lugar no Novotel Jaraguá e a abertura, na Sala São Paulo, espaço cultural da cidade que antes abrigava a Estação de Trem Júlio Prestes, da Estrada de Ferro Sorocabana. A construção, inaugurada em 1938, foi inteiramente reformada para se tornar há 13 anos uma das mais importantes casas de concertos e eventos do País. Um marco da pujança da engenharia nacional, portanto, como lembrou na oportunidade o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, uma feliz escolha para a inauguração do Conse. Ele foi além: “Todas as profissões contribuem para o desenvolvimento do nosso país, mas eu diria que no centro vemos a presença do engenheiro.” Também prestigiando a abertura, o prefeito do município, Gilberto Kassab, expressou sua gratidão para com a profissão, responsável pelos grandes projetos nacionais.

Já o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, lembrou os convênios de cooperação técnica firmados, no início deste ano, com a FNE para monitoramento das obras de infraestrutura da Copa de 2014, a se realizar no Brasil. Para ele, o País recupera no seu imaginário o papel fundamental da engenharia. Rebelo defendeu que o conceito contemporâneo de democracia inclui o direito ao desenvolvimento, sem exclusão social.

Além deles, entre as autoridades presentes, estiveram os presidentes da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), deputado Barros Munhoz (PSDB), e da Câmara Municipal de São Paulo, José Police Neto (PSD); o desembargador Willian Roberto de Campos, representando o presidente do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), Ivan Sartori; o presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), José Tadeu da Silva; os deputados federais Arnaldo Jardim (PPS), Carlos Zarattini e Paulo Teixeira (ambos do PT); os vereadores paulistanos Eliseu Gabriel (PSB) e Jamil Murad (PCdoB); os secretários municipais de São Paulo Marcos Cintra (Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Miguel Bucalem (Desenvolvimento Urbano), e os adjuntos da Habitação do Estado, Marcos Penido, e da Cultura, Sérgio Tiezzi, bem como o secretário de Infraestrutura de Goiás, Danilo de Freitas. A cerimônia se encerrou com apresentação cultural.

Ao saudar os participantes, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou que o VIII Conse marcava uma história árdua da entidade, cujos três últimos anos foram de muitas lutas e grandes vitórias, graças ao “esforço coletivo”. A posição favorável do Brasil foi lembrada por Pinheiro, que exaltou a necessidade de o País alcançar, agora, o desenvolvimento humano, com melhor distribuição de renda, saúde, cultura e lazer para todos. Nesse contexto, ressaltou o papel da federação de influir nas políticas públicas, para além de sua representação sindical. Assim, tem apresentado propostas factíveis, várias delas reunidas no manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela entidade em 2006 e desde então atualizado.

## Avaliação do projeto

Perspectivas e balanço dessa iniciativa inauguraram as palestras do VIII Conse. Abrindo as falas, Carlos Monte, coordenador técnico do “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, resgatou histórico do projeto, que teve como grande colaborador o economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), homenageado na oportunidade. Monte lembrou que a ideia teve como norte o fato de a engenharia ser a profissão do crescimento por excelência, “sem o que não há melhores empregos e salários, distribuição de renda e inclusão social”.

O movimento, ousado à época, apontava a necessidade de o País elevar seu PIB (Produto Interno Bruto) em 6% ao ano, diminuir o serviço da dívida pública e a taxa de juros. Nesse contexto, o “Cresce Brasil” traçou uma série de propostas, elencadas por Monte. Entre elas, demanda por expansão na oferta de energia acima desse patamar, de 7,8% ao ano, o que deveria se dar mediante, além de outros pontos, a adoção de todas as fontes disponíveis, aumento da eficiência e estímulo à integração sul-americana. O “Cresce Brasil” identificava que esse incremento era o recomendado para dar conta do crescimento econômico almejado.

Segundo o coordenador, a crise internacional iniciada nos Estados Unidos em 2008 reduziu essas estimativas, sobretudo com expansão industrial menor do que em períodos anteriores. “Entre 2006 e 2010, o PIB ficou em média em 4,4% e a oferta de energia, 3,46%.” Não obstante, grandes projetos indicados no “Cresce Brasil” foram iniciados, como a construção das usinas nuclear de Angra III, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e Belo Monte, no Rio Xingu, no Norte do País. A geração eólica também começa a ampliar-se. Monte revelou a perspectiva de prolongamento da crise, mas enfatizou que o Brasil tem disponibilidade orçamentária para dar sequência aos investimentos. Entre os previstos no “Cresce Brasil”, grande parte incorporada ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2007, a obtenção da autossuficiência na produção de petróleo e gás – alcançada após o desenvolvimento e descoberta de novas reservas, em especial na camada do pré-sal –, ampliação sobretudo das malhas ferroviária e hidroviária, alterando a matriz logística de transportes, inversões em habitação, portos e aeroportos, bem como de R\$ 200 bilhões em saneamento nos próximos 20 anos, e melhoria da gestão metropolitana.

O projeto dos engenheiros destacava já em 2006, ainda, a urgência de se aumentar o volume de recursos para ciência e tecnologia, com salto em pesquisa de 1,2% para 3% do PIB. Além de maior integração entre universidade e empresa. O tema ficou de fora do PAC, como lembrou Monte, mas, posteriormente, as propostas dos engenheiros foram incorporadas pelo governo, em conversas com o ministro da C&T, Sergio Rezende.

Além disso e dos projetos iniciados no segmento energético, o movimento lançado pela FNE verificou outros resultados que vão ao encontro do “Cresce Brasil”. Seu coordenador salientou, por exemplo, a construção de metrô em diversas capitais, como Fortaleza, Curitiba e Recife, bem como de VLTs (veículos leves sobre trilhos) e corredores de ônibus; a criação da Empresa de Planejamento e Logística; a aprovação da lei que instituiu o Plano Nacional de Saneamento e o aumento de recursos a essa área (de R\$ 4 bilhões/ano em 2004 para R\$ 14 bilhões em 2010); o lançamento pelo governo federal do “Minha casa, minha vida” em 2009, agora em sua segunda fase, com a promessa de construção de 2 milhões de moradias; a

instituição do Plano Nacional de Banda Larga, com perspectiva de universalização até 2014; a manutenção e concessão de bolsas de estudo para 80 mil estudantes (entre doutorandos e mestrandos); a redução do desmatamento na floresta amazônica e o aumento da produtividade na agricultura. Para Monte, o caminho agora é “continuar a luta”. Ele concluiu: “O ‘Cresce Brasil’ mudou o paradigma de atuação da engenharia nacional, cuja missão é pensar o País a partir do seu crescimento.”

### Protagonismo

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da FNE, destacou o protagonismo do movimento sindical dos engenheiros, capitaneado pela federação, em particular, e brasileiro como um todo. O que é demonstrado, na sua visão, quando se observa que há 3.380 representantes dos trabalhadores com assento nos 350 conselhos da República com poder real de investimento. “Decidem sobre R\$ 400 bilhões.” Tal papel tem, na opinião de Vargas Netto, garantido conquistas e levado a lutas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem diminuição de salários. “Temos hoje uma conjuntura baseada no emprego e ganho real, que impede a instalação da crise no Brasil. Mesmo com o crescimento do PIB relativamente fraco, não há demissão no País como carta de primeira mão.”

De acordo com o consultor, essa situação “nos orgulha e coloca responsabilidades”. Ele identificou dois eixos estratégicos ao movimento sindical: a necessidade de luta contra a desigualdade social e, para tanto, de democracia, desenvolvimento e Estado com capacidade de ação para garantir esses preceitos. Rumo a essas conquistas, Vargas Netto foi categórico: “O VIII Conse pode marcar momento de virada desse protagonismo.”

### Realizar o sonho dos brasileiros

Concordando com o movimento vitorioso, Carlos Lessa, todavia, ponderou que ainda há muito o que caminhar para se alcançar um País justo. Criticando fortemente o projeto de instalação de multinacionais automobilísticas cujo início data de 1950, em detrimento do desenvolvimento nacional e cristalizando no imaginário popular que ter um carro seria a realização de um sonho, ele enfatizou: “É urgente mudar a matriz logística nacional, como está dito no ‘Cresce Brasil’.” Ele revelou o dado alarmante do crescimento anual de 9% dessa frota nas cidades brasileiras (que concentram 80% da população), há mais de uma década e meia. “O tempo médio de deslocamento casa-trabalho-casa, que uma estimativa aponta como de duas horas, vem crescendo.” Ainda segundo Lessa, o número de acidentes de trânsito é “apavorante”: “No último ano, foram 56 mil mortos. Perdemos um Vietnã no trânsito urbano e nas ligações interurbanas brasileiras (referindo-se à quantidade de soldados estadunidenses mortos naquela guerra).”

Lessa vaticinou: “Não é viável o País enfrentar a crise mundial mantendo-se puxado por esse padrão de desenvolvimento social. Ou não somos capazes de administrar nada ou a soberania está nas mãos das multinacionais que se instalaram aqui.” E questionou: “É esse padrão industrial que o Brasil quer?” Na sua avaliação, esse modelo “Casas Bahia” tem levado a

população a um endividamento recorde, com patrimônio zero, mantendo as potencialidades do País intactas. “A afirmação de que há uma nova classe média é uma fraude.” O economista ressaltou: “O movimento dos engenheiros vem dando substância às notas iniciais de um projeto nacional. Agora é preciso discutir soberania, sem o que não há desenvolvimento de fato. Vocês terão que domesticar esse negócio chamado indústria automobilística. A chave para substituir o sonho do carro é investir na casa própria. Esse é mobilizador, dinamizador, integrador e gera qualificação fantástica.” Nessa direção, o secretário de Obras do Acre, Wolvenar Camargo, apresentou projeto habitacional e urbanístico que vem sendo desenvolvido em Rio Branco, capital daquele estado, intitulado “Cidade do Povo”.

Ao encerramento, além da homenagem a Carlos Lessa, foi lançado o livro “A FNE e o desenvolvimento nacional”. A publicação reúne, em 204 páginas, a história da federação, do movimento “Cresce Brasil” e suas conquistas. O primeiro dia fechou com apresentação musical. (Soraya Misleh, com a colaboração de Rosângela Ribeiro Gil)

## VIII CONSE 2

---

“Cresce Brasil – Copa 2014: desafios, preparativos e legado” e “O Brasil após a Rio+20: compromissos e conquistas” foram temas discutidos no segundo dia do VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado entre os dias 24 e 26 de setembro, em São Paulo. O ponto comum dos debates foi o grande investimento em infraestrutura por que passa o País e a responsabilidade de combinar expansão e modernização de estruturas com sustentabilidade e justiça social.

Na mesa que reuniu o secretário nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, Luís Antonio Paulino, o assessor especial para Aeroportos do Grupo EcoRodovias, Dario Rais Lopes, e o gerente geral de Estádios e Instalações do COL (Comitê Organizador Local da Copa do Mundo), Roberto Siviero, houve consenso de que os megaeventos esportivos, incluídas as Olimpíadas de 2016, fazem o Brasil experimentar oportunidade ímpar em termos de investimentos e também de mudar sua imagem perante o mundo.

Paulino afirmou que o contexto nacional atual, com economia estável, democracia sólida e diversidade cultural, facilita conquistar outros objetivos, além da modernização da infraestrutura, como disseminar a prática esportiva, gerar um saldo de qualidade nos serviços, aperfeiçoar os instrumentos de gestão e transparência e promover desenvolvimento urbano e descentralização econômica. Para mostrar a magnitude do evento, apresentou alguns números: são esperados 600 mil turistas estrangeiros e 3 milhões de nacionais.

## Aeroportos e estádios

A Copa exige aeroportos maiores, modernos e com sistemas operacionais eficientes. No entanto, é um dos pontos mais críticos, sujeito a atrasos no cumprimento dos cronogramas, como aponta estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O representante da EcoRodovias, apesar de traçar um panorama preocupante das obras de expansão e modernização dos aeroportos nacionais, acredita que essas serão finalizadas a tempo. “Particularmente, entendemos que há possibilidade de tudo ficar pronto”, disse.

Os receios, revelou, repousam sobre os sistemas e equipamentos, sujeitos a imprevistos a exemplo do ocorrido em Denver (EUA), onde o funcionamento do aeroporto local foi suspenso porque a parte operacional não foi testada previamente. Outro ponto de atenção são os aeroportos recentemente concedidos à iniciativa privada. “Temos compromissos assumidos de fazer investimentos vultosos a partir do nada. Em Guarulhos, há necessidade de se fazer um novo terminal, assim como o de Viracopos (SP). Natal (RN) tem de fazer um aeroporto praticamente novo. Brasília precisa de uma série de obras de expansão”, explicou Lopes.

O COL (Comitê Organizador Local da Copa do Mundo), empresa privada financiada 100% pela Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), mantém uma central de monitoramento com imagens dos 12 estádios em construção ou em reformas, informou Siviero. A previsão é de que mais de R\$ 100 bilhões sejam investidos até 2014, recursos que garantirão como legado estádios “à altura do país do futebol”: modernos, com serviços diversos ao torcedor, acessos largos e organizados, maior segurança e assentos demarcados. Ao mesmo tempo, acredita, haverá um novo posicionamento para a “marca” Brasil no mundo, ligada à capacidade de execução e competência.

## Conferência da ONU

No debate com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o professor titular do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP (Universidade de São Paulo), Wagner Costa Ribeiro, e Valmir Gabriel Ortega, diretor do Programa Sênior de Política da Conservação Internacional do Brasil, a Rio+20 foi julgada como positiva, apesar das limitações, porque apontou para um novo paradigma do desenvolvimento, com conservação ambiental e inclusão social.

Carvalho afirmou que os engenheiros têm papel fundamental para garantir um País justo e igualitário. “Hoje, diante da nossa decisão de investir pesadamente em infraestrutura social, mobilidade urbana e dar um salto de qualidade, essa mão de obra mais do que nunca é valorizada, inclusive para pensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável.” Isso, na opinião do ministro, é crucial, já que o padrão adotado até então deixou uma dívida social. “Quando se veem os conflitos em áreas indígenas, os desequilíbrios sociais, o passivo ambiental, dá-se conta disso”, enfatizou. E frisou que o governo atual “tem realizado intervenções sob nova ótica, buscando superar a ausência do Estado em áreas esquecidas”.

Para ele, o principal ponto a demonstrar o resultado positivo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho último no Rio de Janeiro, é a inclusão do combate à pobreza no texto aprovado, evidenciando que o novo modelo almejado está fundado no direito ao crescimento com distribuição de renda e inclusão social, na atenção à população e na preservação da natureza.

Ao final, após ouvir as reivindicações, preocupações e perguntas dos engenheiros sobre temas diversos como habitação, implementação da engenharia pública, direitos trabalhistas, qualificação profissional, concluiu: “Temos que aproximar a FNE dos órgãos do governo diretamente envolvidos com essas questões. O governo e o povo brasileiro têm a ganhar com isso. Os engenheiros têm enorme contribuição a dar.” (Rosângela Ribeiro Gil, com a colaboração de Soraya Misleh)

## VIII CONSE 3

---

Encerrando a programação de painéis de debates do VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), entrou em pauta, na manhã de 26 de setembro, a discussão sobre como construir uma nação próspera, independente e que assegure oportunidades de trabalho e qualidade de vida a toda a sua população.

Primeiro a tratar do tema, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães traçou um diagnóstico da atual situação brasileira, que deixa a desejar nas três questões propostas ao debate: desenvolvimento, soberania e justiça social. Para atender ao primeiro quesito, ensinou ele, a sociedade precisa fazer pleno uso dos seus recursos naturais, da sua população e da sua capacidade produtiva. Para o segundo, é necessário que o País seja capaz de se defender de agressão, ameaça ou pressões de outros. E, por fim, para o terceiro, é imperativo superar a pobreza que atinge milhões. “Nós que estamos aqui nesta sala não temos muita noção do que é a população brasileira. São 23 milhões de famílias que recebem o bolsa-família, cerca de 90 milhões de pessoas que estão num nível econômico, cultural, de condições de habitação, de saneamento muito baixos. Somente 50% têm carteira assinada, o que dá os direitos trabalhistas e previdenciários”, ilustrou.

### Industrialização

Guimarães ponderou ainda que a “questão social não se resolve pela transferência de renda”, deve ser acompanhada da geração de postos de trabalho, o que precisa da ampliação da capacidade produtiva instalada. Portanto, a busca da igualdade social depende do desenvolvimento econômico, o que requer investimentos, públicos e privados, e avanço no setor secundário. “Nenhuma nação se tornou altamente desenvolvida por ser um grande país

agrícola. É o avanço industrial que gera empregos de qualidade, que permite a diversificação das exportações.” Outro empecilho, segundo o embaixador, é o fato de o parque industrial brasileiro encontrar-se cada vez mais desnacionalizado. “As decisões de investimentos são tomadas a partir do planejamento global das multinacionais”, criticou.

Guimarães lembrou que, tendo se tornado destino atraente a investimentos, devido à crise que afeta especialmente os Estados Unidos e a Europa, o País deveria aproveitar a oportunidade para disciplinar os recursos que entram em território nacional. “Está na hora de induzir essas empresas a um certo comportamento de transferência de tecnologia e de reinvestimento de lucros no Brasil”, afirmou. Outra questão afetada por esse quadro, apontou ele, é a soberania. “Para ter capacidade de defesa, é preciso ter indústria de defesa e, para isso, é preciso ter indústria”, salientou.

Finalmente, ressaltou o embaixador, para escapar ao subdesenvolvimento, deve haver oferta de engenheiros. “Precisa-se dos engenheiros para construir a fábrica e depois para operá-la. É necessário que existam as pessoas capazes de construir as ferrovias, as hidrovias, as hidrelétricas.” E completou: “Não vamos ganhar um país desenvolvido, nem justo, nem soberano se não houver uma política de engenharia.”

#### Modelo equivocado

Segunda palestrante a enfrentar o tema proposto, a economista Ceci Juruá, pesquisadora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), debitou ao neoliberalismo o quadro descrito por Guimarães. “No início dos anos 90, Collor assume e tira da cartola o programa nacional de desestatização, que o Congresso aprovou rapidamente para colocar na porta de saída um conjunto de estatais que havíamos construído com a nossa inteligência e, junto com elas, os nossos minerais, o petróleo, a energia. Isso é um crime que não apuramos.”

De acordo com a economista, tal modelo, que não é favorável ao desenvolvimento e vem promovendo desindustrialização e desnacionalização, permanece e cria situação de concorrência desleal, prejudicando a empresa nacional voltada ao mercado interno. “Isso faz parte do modelo de abertura comercial e financeira. Para os exportadores, prometemos generosos incentivos tributários”, comentou.

Para se chegar a esse cenário, apontou Juruá, a Constituição Federal “sofreu várias amputações”. Como exemplo, ela citou o artigo 170, que incentivava a indústria ao eximir de tributos as operações que destinassem ao exterior produtos dela advindos. “A Lei Kandir trocou ‘produtos industrializados’ por ‘mercadorias’. Simples. Isso incluiu o agronegócio e os minérios.”

## Saída pragmática

Uma aliança entre as forças políticas de diferentes matizes, o grande capital, a academia e a população como forma de superar os erros do passado e os efeitos da crise internacional que tende a se agravar. Essa foi a proposta do engenheiro Marco Aurélio Cabral Pinto, professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da FNE, durante a sua explanação. “Temos duas escolhas: vamos consolidar um pacto político para enfrentar essa ameaça externa ou ficamos perdidos nas nossas mazelas políticas eternamente discutindo se privatização é boa ou ruim”, disparou. “A questão crucial são aqueles investimentos que teriam que ser feitos para o povo e não o foram jamais.”

Conforme o professor, o crescimento e a industrialização brasileira têm experimentado tendências de queda nos últimos meses, o que, porém, não traduz uma situação sem solução. “Vendas no varejo estão caindo, mas não dá para dizer que o consumo está saturado. A banca terá de inventar um jeito de operar crédito com gente pobre.” Também segundo ele, será necessário que a indústria volte-se ao estrato de poder aquisitivo mais baixo. “O futuro do capitalismo brasileiro está no atendimento dessa população”, asseverou.

Outro entrave para o qual Cabral Pinto vê saídas é a queda na formação bruta de capital fixo, que corresponde à capacidade produtiva instalada. A primeira medida, apontou, é o investimento da Petrobras, que corresponde a 2/3 das inversões industriais, que devem ter elevado conteúdo nacional para impulsionar o desenvolvimento. A segunda é o caminho do investimento em infraestrutura para constituir uma malha logística que propicie a integração nacional. A terceira são ações dos estados e municípios, que atingem diretamente a vida do cidadão. (Rita Casaro)

## VIII CONSE 4

---

O pleito realizado no último dia do VIII Conse, 26 de setembro, reconduziu Murilo Celso de Campos Pinheiro à Presidência da FNE ( veja abaixo nomes que compõem a nova diretoria ). A chapa vitoriosa, eleita por 163 delegados de um total de 200 votantes, foi anunciada na plenária final. Após ampla discussão e contribuições, essa definiu seu plano de ação para o período de seu mandato (2013-2016). Também foi referendada a criação dos Departamentos de Negociação Coletiva Nacional, Assuntos do Exercício Profissional, Relações Acadêmicas e Relações Internacionais, que serão assumidos, respectivamente, por José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Claudio Henrique Bezerra Azevedo e José Luiz Lins dos Santos.

As diretrizes programáticas do plano plurianual da nova gestão aprovadas incluem, entre outras, defesa intransigente do piso da categoria, estabelecido pela Lei 4.950-A/66 em nove salários mínimos para jornada de trabalho diária de oito horas, bem como o incentivo à fiscalização no seu pagamento. Também consta no programa da federação o combate de forma sistemática ao exercício ilegal da profissão e gestões junto aos engenheiros que venham a ocupar assento nos Legislativos e Executivos de modo que representem as demandas da categoria.

Ao final da plenária, foram aprovadas diversas moções, tais como em defesa da engenharia consultiva nacional, da implementação do programa de assistência técnica em desenvolvimento urbano, da definição do marco regulatório sobre mineração ao encontro do interesse nacional e de apoio à Lei Cartaxo, que institui o piso aos engenheiros do Acre, bem como de sua similar na capital desse estado.

Gestão 2013-2016

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Carlos Bastos Abraham

Diretor Financeiro

Antonio Florentino de Souza Filho

Diretor Financeiro adjunto

Luiz Benedito de Lima Neto

Diretor Administrativo

Manuel José Menezes Vieira

Diretor Administrativo adjunto

Disneys Pinto da Silva

Diretor de Planejamento Relações Internas

Maria de Fátima Ribeiro Có

Diretora de Relações Interinstitucionais

Thereza Neumann Santos de Freitas

Diretor Operacional

Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretora Regional Norte

Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro

Diretor Regional Nordeste

Modesto Ferreira dos Santos Filho

Diretor Regional Centro-Oeste

Gerson Tertuliano

Diretora Regional Sudeste

Clarice Maria de Aquino Soraggi

Diretor Regional Sul

José Luiz Bortoli Azambuja

Diretor titular representante na Confederação Sindical

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Diretor suplente Representante na Confederação Sindical

Wissler Botelho Barroso

Conselheiros Fiscais efetivos

Edson Kiyoshi Shimabukuro;

José Carlos Ferreira Rauen;

Lincoln Silva Américo

Conselheiros Fiscais suplentes

João Alberto Rodrigues Aragão;

Marcos Luciano Camoegas;

Gracindo Marques

## VIII CONSE 5

---

Além de abordar temas afeitos à engenharia, à tecnologia e ao desenvolvimento sustentável do País com inclusão social, o VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros) teve momentos de valorização da cultura nacional, que demonstraram sua diversidade e riqueza. Ao término da cerimônia de abertura, na Sala São Paulo, na manhã de 24 de setembro, uma apresentação belíssima de obras de Beethoven pela Orquestra de Câmara da Escola de Comunicações e Artes da USP (Universidade de São Paulo), sob a regência do maestro Gil Jardim, emocionou os presentes.

Ao final do mesmo dia, após as palestras realizadas no Novotel Jaraguá, foi a vez de Monarco da Portela e banda animarem o congresso com o tradicional samba brasileiro. Anunciado pelo diretor cultural da escola fluminense, Carlos Monte, também coordenador do “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o show teve participação especial de Juliana Diniz e Marquinhos Diniz e revelou o talento da Velha Guarda da Portela. No dia 25, entre as exposições da manhã e tarde, momento de descontração com o humor do piauiense Amaury Jucá.

## SINDICAL

---

CE

Feira de emprego e estágio em Fortaleza

Foi realizada de 20 a 22 de setembro último a 5ª Feira de Emprego e Estágio do Ceará, no Centro de Convenções, em Fortaleza. O evento possibilitou o encontro entre empresas e candidatos às vagas de trabalho, disponibilizando espaços para orientar profissionais e estudantes sobre carreiras e o mercado profissionalizante. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará participou com um estande no qual o Senge-CE e outras entidades da área tecnológica também puderam expor seus trabalhos. A presidente do sindicato, Thereza Neumann Santos de Freitas, esteve presente à solenidade de abertura no dia 19, juntamente com representantes dos diversos segmentos. Com entrada gratuita, a programação incluiu cursos, palestras, oficinas e debates sobre qualificação profissional, além de possibilitar aos visitantes a oportunidade de um trabalho ou estágio. A edição deste ano contou também com o Ciclo de Palestras Inovação, com exposição de projetos de empresas parceiras.

GO

Em vigor, repasse da ART ao sindicato

Com o convênio assinado pelo Crea-GO (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás), 10% do valor líquido da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) será revertido ao sindicato. Significa que os profissionais, associados ou não, devem anotar Senge-GO no ato do preenchimento do código da ART. O repasse será utilizado em benefícios dos profissionais, como a promoção de cursos e palestras de aperfeiçoamento e valorização profissional e o combate ao exercício ilegal da engenharia. Anualmente, a entidade prestará contas da utilização dos recursos ao conselho. As ARTs estão incluídas na CAT (Certidão de Acervo Técnico), documento legal que comprova toda a experiência adquirida pelo profissional ao longo de sua carreira. Habilita-o, por exemplo, a participar de licitações e cadastros e pertence sempre ao profissional que registrou a ART da obra ou serviço, não à empresa.

RS

Ministro da Agricultura recebe pauta

Visando contribuir com sua experiência e conhecimento técnico para a criação de um novo sistema de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) no Brasil, o Senge recebeu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Jorge Mendes Ribeiro Filho, em sua sede, no dia 3 de agosto último. A Ater no País está sendo analisada por um Grupo de Trabalho no Ministério, criado por determinação da presidente Dilma Rousseff, para produzir um relatório que considere as diferenças regionais existentes no País e atenda todos os segmentos de produtores, incluindo um levantamento das demandas de cada um deles. O documento será então encaminhado ao Conselho Superior do Agronegócio. Para o presidente do Senge-RS, José Luiz Azambuja, a criação desse GT é sinalização importante do governo federal para o realinhamento da Ater como instrumento de política agrícola fundamental ao desenvolvimento do setor primário no País. “O sindicato trata desse tema há muito tempo no Rio Grande do Sul, acompanhando a atuação da Emater, preocupado com os rumos que o serviço vem tomando. A desestruturação, redução acentuada do quadro de engenheiros agrônomos, baixas remunerações e a defasagem técnica prejudicam a qualidade do serviço, que deve ter como objetivo primário a assistência técnica e transferência de tecnologia apropriada aos diferentes extratos de produtores rurais.” O ministro recebeu as contribuições da entidade e fortaleceu a intenção do GT em acoplar a pesquisa e a inovação tecnológica à extensão rural, com a preocupação de propor ações que sejam viáveis do ponto de vista das carreiras dos profissionais que atuam na área, dos produtores e do crescimento da produtividade. O sindicato formalizou a entrega de uma síntese de propostas ao grupo do Ministério, com vistas à estruturação desse sistema nacional de assistência, disponíveis no site [www.senge.org.br/site/noticias\\_detalhes.php?id\\_noticia=816](http://www.senge.org.br/site/noticias_detalhes.php?id_noticia=816).

AL

Sindicalista recebe título de cidadão honorário de Maceió

Com o plenário lotado, o vice-presidente do Senge-AL, José Ailton Ferreira Pacheco, foi homenageado com o título de Cidadão Honorário pela Câmara Municipal de Maceió, no dia 31 de agosto último. Ele foi indicado pelo vereador Francisco (Chico) Holanda Costa (PP) “por fazer parte de um grupo de abnegados imbuídos da luta em defesa dos profissionais das modalidades da engenharia, arquitetura e agronomia de Alagoas”. Ainda segundo o parlamentar, Pacheco “destaca-se por ser apaixonado pela natureza e toma como base em todas as causas o diálogo e a delimitação dos direitos e deveres”. O empenho do sindicato na defesa dos interesses da categoria fez com que a entidade passasse a ser parte integrante das discussões sobre a aplicação do salário-base profissional em todos os estados do País. Para o seu presidente, Disneys Pinto da Silva, a entrega desse título a um integrante de sua diretoria mostra o compromisso do Senge em defender os interesses dos profissionais da engenharia, arquitetura e agronomia. Também participaram da solenidade, entre outros, o vereador Pastor Marcelo Gouveia (PRB) e o deputado estadual Judson Cabral (PT).